### Atos Administrativos



### ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Jequié Secretaria Municipal de Educação - SME Conselho Municipal de Educação - Criado em 1992



Homologado no Livro CPPR/2000 p. 39f/l. 01-04, em 06/11/2025 por Denize Brito Ferreira - Presidenta do CME/JEQ Dec. 26956/2025

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação		eão UF: BAHIA
	ário Escolar Unificado 2026	1
RELATORIA: Marc	os Roberto Santos Novaes, Valte	r Luiz dos Santos Marcelo, Edilene Souza
Almeida e Denize Br	ito Ferreira.	
PROCESSO Nº	PARECER Nº 003/2025	APROVADO EM: 06/11/2025
006/2025		

#### I - RELATÓRIO

Em reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação realizada em 06 de novembro do ano de 2025, foi analisada e discutida pelos conselheiros e conselheiras presentes, a proposta do Calendário Escolar Unificado 2026. O documento foi enviado pela Secretaria Municipal de Educação através do ofício nº 1397/2025/GAB/SME, datado de 04 de novembro de 2025, gerando o processo nº 006/2025/CME/JEQ.

Levando-se em consideração que a proposta do calendário foi construída de forma conjunta, mediante nomeação de uma Comissão do Calendário Escolar para tal finalidade. A professora Denize Brito Ferreira, presidenta desse colegiado, na 8ª Reunião Ordinária do CME/JEQ exercício 2025, seguindo os trâmites legais, apresentou o documento à Plenária para análise e deliberação. Aprovada com ressalvas, decidiu-se que o Parecer derivado desta deliberação seria construído pela Comissão de Assuntos Técnicos Pedagógico, posto que não houve mudança na Fundamentação Legal que embasa a peça documental e postulada no Parecer Nº 07/2022/CME/JEQ, datado de 04 de novembro de 2022, a qual consubstanciará o documento em destaque.







#### II - FUNDAMENTAÇÃO

A análise do processo exige que sejam garantidas, em todas as propostas, as normas legais que regulamentam a Educação. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, estabelece que a educação é "direito de todos e dever do Estado e da família" e deverá ser "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

O Art. 206 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, aponta os princípios sobre os quais a educação deve estar alicerçada, assegurando, em seu Inciso IV a "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais". Além da gratuidade, estabelece também que deve ser garantido à educação "padrão de qualidade" (Inciso VII).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 que "disciplina a educação escolar", também estabelece, em seu Art. 3°, Incisos VI e IX, respectivamente, a "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais" e a "garantia de padrão de qualidade".

Desta forma, a LDBEN preconiza, em seu Art. 24 que:

A Educação Básica, nos níveis Fundamental e Médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I-a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas

por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

O Art. 12, Inciso III, afirma que é responsabilidade dos "Estabelecimentos de Ensino, respeitadas as normas comuns e as dos seus sistemas de ensino, [...] assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas".

Observa-se ainda em seu Art. 34 que "a jornada escolar no ensino fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola".

Em se tratando da Educação Infantil, a Lei 12.796, de 04 de abril de 2013, que "Altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para









dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, estabelece em seu Art. 31 que:

A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – [...]

II - carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral.

É notório o fato de que, no conjunto da Legislação vigente, existe a obrigatoriedade do cumprimento do Calendário Letivo com, pelo menos, 800 horas e 200 dias de efetivo trabalho escolar tanto para o Ensino Fundamental, quanto para a Educação Infantil.

Ao discorrer sobre o cumprimento do mínimo de dias letivos, o Parecer CNE/CEB nº 01/2002 afirma que o "mínimo de duzentos dias deverá ser rigorosamente cumprido. Além disso, o Parecer CNE/CEB nº 38/2002 afirma que:

O cumprimento do Calendário Escolar que observe os mínimos estabelecidos em Lei não admite exceção diante de eventual suspensão de aulas. Os sistemas de ensino estão obrigados a garantir o exercício do pleno direito dos alunos à educação de qualidade, que tem por base legal a Constituição Federal.

A Resolução CME/JEQ nº 001/2016, que fixa normas e instrui acerca da elaboração e cumprimento dos Calendários Letivos para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Jequié, afirma em seu Art. 4º que serão observados, em todos os Calendários Letivos, o mínimo de dias e horas letivas previstos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (...).

Na mesma Resolução, o Art. 6º estabelece que "é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, dos Conselhos Escolares e de cada Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino, a garantia, para todos/as os/as alunos/as, em todos os turnos de funcionamento, do mínimo de dias e horas anuais estabelecidos em Lei".

E ainda no Artigo 11, que trata do quantitativo máximo de sábados letivos em cada Calendário Escolar, afirma que:

Em todas as propostas de Calendário Letivo deverá ser respeitado o limite máximo de 20 sábados letivos.

§ 1º - Em nenhuma hipótese poderão ser acrescidos sábados letivos, ainda que respeitando o limite máximo estabelecido nesta Resolução, objetivando antecipação da finalização dos semestres letivos.

§ 2º - Somente poderão ser acrescidos sábados para a devida reposição de dias letivos que eventualmente deixaram de acontecer, quando não houver







possibilidade de reposição em dias úteis, nunca ultrapassando o limite máximo estabelecido.

Todos os documentos analisados apontam para a obrigatoriedade de cumprimento de 800h e 200 (duzentos) dias mínimos de efetivo trabalho escolar, sem os quais o ano letivo não se concretiza. Trata-se, portanto, de uma exigência legal e um dever social dos Sistemas de Educação. Desta maneira, é dever do respectivo Sistema de Ensino planejar e cumprir seus Calendários Letivos, garantindo esse direito que aos estudantes são assegurados em Lei.

Dessa forma, procedeu-se à apreciação da proposta do Calendário Escolar Unificado 2026 e observou-se que:

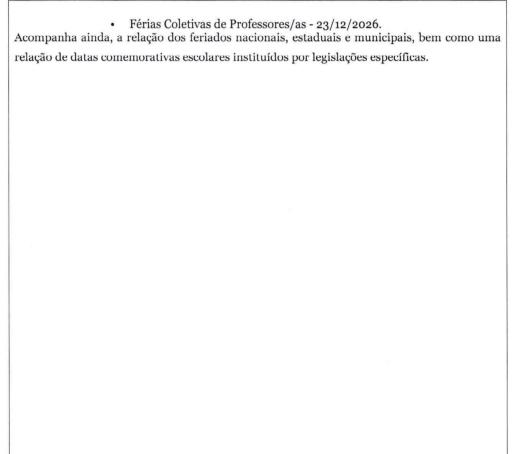
- O Calendário analisado cumpre a legislação vigente ao assegurar 200 dias letivos, com um mínimo de 800 horas;
- O Calendário Escolar Unificado 2026 possui 06 (seis) sábados letivos, em conformidade com a Resolução CME/JEQ nº 001/2016, que estabelece o limite de sábados letivos a serem utilizados em Calendário Escolar autorizados para a Rede Municipal de Ensino de Jequié/BA;
- Jornada Pedagógica 02 a 04/02/2026;
- Início do Ano Letivo 05/02/2026;
- Recesso Docente no meio do ano 19/06/2026 a 03/07/2026;
- I Unidade de 05/02/2026 a 23/05/2026 com um total de 72 dias letivos:
- II Unidade de 25/05/2026 a 12/09/2026 com um total de 67 dias letivos;
- III Unidade de 14/09/2026 a 11/12/2026 com um total de 61 dias letivos;
- Estudos de Recuperação e Avaliação Final 16, 17 e 18/12/2026;
- Conselho de Classe Final 22/12/2026;
- Entrega de Atas e Resultados Finais do Rendimento Escolar -22/12/2026;
- Elaboração de relatórios e pareceres finais da educação especial inclusiva (salas de recursos multifuncionais, sem liberação de estudantes e/ou atendimento educacional) - 11 a 18/12/2026;

















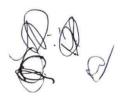
#### IV. CONCLUSÃO:

Considerando que a proposta de Calendário Escolar Unificado 2026 observa o conjunto de Leis vigentes, este CME decide pela aprovação do Calendário em análise, desde que sejam observadas as seguintes recomendações:

 que os sábados letivos correspondam ao quantitativos dos dias da semana (segunda a sexta), de modo a alcançar a complementação de 40 dias de cada, a despeito:

Dias da semana	Quantitativo apresentado no	Sábado letivo
	calendário	correspondente para a complementação
Segunda-feira	39	14/03
Terça-feira	40	
Quarta-feira	40	
Quinta-feira	39	11/04
Sexta-feira	36	23/05; 11/07; 15/08 e 12/09

- que as datas comemorativas e/ou alusivas sejam trabalhadas de forma interdisciplinar considerando a sua relevância sociopolítica e tenha articulação com o Projeto Político Pedagógico de cada escola;
- que seja garantida a alimentação escolar, conforme cardápio previamente aprovado pelo Conselho de Alimentação Escolar, no cumprimento dos Calendários Escolares, incluindo-se o período dos estudos de recuperação;
- que seja assegurado o transporte escolar para os alunos, inclusive no período dos estudos de recuperação;
- que seja garantida a manutenção do pessoal de apoio devidamente qualificado para atuação em instituições de ensino, até a finalização dos Calendários Escolares;
- que a Secretaria Municipal de Educação planeje, juntamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, as reformas, adequações e modernização das Unidades Escolares, de modo a não interferir no Calendário Letivo;
- que seja garantido, desde a inicialização do ano letivo, os atendentes de apoio escolar em número suficiente, bem como o coordenador pedagógico em todas as Escolas;







- que seja cumprido o Calendário Escolar Unificado 2026, em todas as Escolas da Rede Municipal de Ensino, cabendo às escolas organizarem seus projetos e atividades dentro do Calendário Escolar aprovado;
- que os sábados letivos tenham atenção especial, uma vez que, além de assegurar o cumprimento dos 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar deve-se também garantir a carga horária mínima de 800 horas, conforme versa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- "que, em nenhuma hipótese, sejam acrescidos sábados letivos, ainda que respeitando o limite máximo estabelecido nesta Resolução, objetivando antecipação da finalização dos semestres letivos." (Resolução 001/2016/CME/JEQ).
- Que as férias de 30 dias dos professores sejam estabelecidas preferencialmente, no mês de janeiro, conforme Art. 55 & 1 e 2; Art. 56 do Novo do Estatuto do Magistério, acrescidos de 15 dias de recesso escolar, assegurando 45 dias anuais.
- Excluir das páginas 05 e 06 a nomenclatura "feriados", permanecendo apenas o termo datas comemorativas.

#### V - VOTO DOS RELATORES/AS

As Conselheiras e Conselheiros presentes na elaboração dessa normativa, decidem pela sua aprovação, ratificando a necessária observância e cumprimento das recomendações descritas.

Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos, o6 de novembro de 2025.

Edilene Souza Almeida

RELATORA

Marcos Roberto Santos Novaes
RELATOR

Walter Luis dos Santos Marcelo RELATOR

> enize Brito Ferrein RELATORA







### VI - DECISÃO DA PLENÁRIA

A Plenária decide, unanimemente, pela aprovação deste Parecer, construído coletivamente pelos Conselheiros e Conselheiras presentes, haja vista que as propostas atendem aos requisitos legais de cumprimento dos 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Ratifica que devem ser observadas e cumpridas as recomendações descritas.

Destaca ainda, que à Secretaria Municipal de Educação de Jequié incumbe a tarefa de cumprir com as recomendações aqui expostas, zelar pelo pleno cumprimento do Calendário Escolar Unificado e autorizar a publicação deste Parecer no Diário Oficial do Município.

Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos de Educação, 06 de novembro de 2025.

CONSELHEIRA DENIZE BRITO FERREIRA Presidenta do CME – Jequié DEC. Nº 26.956/25

#### CONSELHEIRAS/OS PRESENTES:

Denize Brito Ferreira
Danilo Pereira Santos
Syrlean de Oliveira Pio
Moises Dantas
Evânia Maia Nogueira
Lelito Caictano Lopes
Maria Aparecida Souza Santos de Deus
Edilene Souza Almeida
Mauricia Santina Lopes Oliveira
Valter Luiz dos Santos Marcelo



